

Audiência pública discute a proibição de venda de armas

Discussão sobre três projetos que tramitam no Senado demonstra que o tema é polêmico e divide senadores. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, alertou que disponibilidade de armamentos aumenta a violência

Os senadores das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania participaram ontem de um debate em torno da limitação da venda de armas de fogo no país. Durante audiência pública conjunta, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, afirmou que a disponibilidade de armas aumenta a violência e o índice de homicídios. Sua posição foi compartilhada pelos senadores José Roberto Arruda, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy. A senadora Heloísa Helena considerou a aplicação da legislação já em vigor mais importante do que a aprovação de um novo projeto. Por sua vez, o senador José Fogaça indagou se uma campanha de educação sobre a violência não renderia melhores resultados do que a proibição da venda de armas.

PÁGINAS 4 A 7



No plenário do Senado, entre Pedro Piva (E) e Renan Calheiros, relatores dos projetos sobre venda de armas na CRE e na CCJ, José Sarney preside a audiência pública que reuniu políticos e especialistas no tema



Jader quer equipe econômica no Senado a cada três meses

Ao registrar o primeiro aniversário da política cambial, o senador Jader Barbalho sugeriu que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco

Central compareçam ao Senado a cada três meses, para prestar esclarecimentos sobre a economia e a política monetária do país.

PÁGINA 3

COMISSÃO MISTA COMEÇA A VOTAR NA TERÇA RELATÓRIOS SETORIAIS DO ORÇAMENTO

PÁGINA 2



Jonas prevê solução para setor de açúcar e álcool

O senador Jonas Pinheiro previu ontem, após reunião com representantes de fornecedores de cana e dos produtores de álcool e açúcar, uma solução rápida para a crise que

atinge o setor. A reunião foi aberta pelo primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo. O senador Romeu Tuma lamentou a falta de continuidade do Proálcool.

PÁGINA 3

Orçamento inicia votação de relatórios na terça

Presidente da Comissão Mista, senador Gilberto Mestrinho, convoca três reuniões semanais até que todas as análises setoriais da lei orçamentária do ano 2000 e do Plano Plurianual sejam apreciadas pelos congressistas

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização inicia na terça-feira, em reunião marcada para as 15h, a votação dos relatórios setoriais elaborados sobre a proposta de lei orçamentária para 2000. A decisão foi tomada pelos líderes partidários ontem de manhã. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que já convocou os parlamentares para três reuniões semanais destinadas à votação dos dez relatórios setoriais sobre o Orçamento e, depois, dos relatórios setoriais do Plano Plurianual relativo ao período 2000-2003 (PPA).

As datas de votação do relatório geral do Orçamento e do PPA na comissão e no plenário do Congresso se-

rão definidas posteriormente.

Conforme o senador, a comissão se reunirá às terças, às 15h, e às quartas e quintas-feiras, às 10h. Se necessário, ele convocará reuniões extraordinárias. A cada relatório aprovado, ressaltados os destaques feitos por deputados e senadores, Mestrinho disse que os líderes partidários voltarão a se reunir, em busca do consenso sobre as matérias destacadas. Com essa tramitação, o presidente da comissão acredita que os dez relatórios setoriais do Orçamento estarão aprovados até o início de fevereiro.

Ainda segundo Mestrinho, as emendas parlamentares totalizaram pouco menos de R\$ 2 milhões em acréscimos à proposta original do governo, concentrados basicamente nos recur-

sos destinados a investimentos. Esse número, acrescentou, representa apenas 10% do total de recursos inicialmente acrescidos ao Orçamento pelas emendas parlamentares. A redução foi decidida consensualmente entre líderes partidários e relatores setoriais e geral.

Quanto às obras em andamento nas quais o Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou irregularidades, Mestrinho afirmou que elas continuarão previstas no Orçamento, conforme a proposta do governo, mas os recursos correspondentes só serão liberados após regularização dos problemas destacados pelo TCU.

O presidente da Comissão do Orçamento também se manifestou sobre projeto de lei que tramita na Câmara

Mestrinho: obras sob suspeita do TCU só recebem recursos após regularizar situação



e prevê a vinculação de recursos para a área de saúde. O senador considera que a medida viola as boas normas de técnica orçamentária, além de cercear o poder público, os mesmos motivos que o levam a ser contrário à insti-

tuição do orçamento imperativo. Na sua opinião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, propôs o orçamento imperativo, mas "sua intenção deve ser evitar o contingenciamento".

CCJ se reúne para discutir projetos de combate à fome

Na próxima semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate os projetos que criam um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Junto com a Comissão de Relações Exteriores (CRE), a CCJ volta a examinar os projetos concernentes à proibição de armas de fogo. Aguarda a deliberação o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP), que pede o arquivamento dos projetos de Djalma Falcão (PMDB-AL) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), optando pelo texto do senador Gerson Camata (PMDB-ES), na forma de um substitutivo.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne na terça-feira, às 10h, com congressistas estrangeiros. No mesmo dia, vota quatro autorizações de empréstimos e um requerimento para a convocação do ministro Pedro Malan (Fazenda), Arminio Fraga (presidente do Banco Central) e Fábio Barbosa (secretário do Tesouro), para que expliquem a renegociação da dívida de Pernambuco.

Na quinta, está prevista reunião da Comissão Mista formada para analisar medida provisória que institui taxa de autorização para o funcionamento de casas de bingos.

A previsão de redução dos juros reais nos primeiros meses de 2000 é uma das projeções da programação monetária para o primeiro trimestre do ano,



Bello Parga

aprova da ontem pelo plenário do Senado. A queda dos juros, segundo o documento do governo federal, será possível graças ao ajuste fiscal, que deve resultar

na redução do déficit público.

A decisão dos senadores levou em consideração parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), aprovado na quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O parecer conclui pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando os termos da programação monetária. A matéria segue para apreciação da Câmara dos Deputados.

A programação monetária enviada ao Congresso em anexo à Mensagem nº 1, de 2000, do presidente da República, estima as faixas de variação dos principais agregados monetários e pro-

cede uma ampla análise da economia nacional prevista para o próximo trimestre. O comportamento da inflação, do Produto Interno Bruto (PIB), das taxas de juros, além dos impactos monetários decorrentes das operações do Tesouro Nacional, são outros fatores observados para a elaboração das projeções sobre a expansão da oferta de moeda:

— A taxa de inflação mantém a tendência declinante, caracterizando o

sucesso da estabilização monetária dos últimos anos. Assim, mesmo considerando-se os efeitos da desvalorização cambial no início de 1999 e, apesar do repique inflacionário registrado em outubro e novembro, os índices apresentados apresentam tendência de queda — afirma o parecer de Bello Parga, apontando que as autoridades monetárias também prevêem crescimento da economia e resultados favoráveis na balança comercial.

PEC das câmaras municipais pode ser votado no dia 19

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita os gastos dos legislativos municipais teve seu segundo dia de discussão em plenário ontem. Até o final do quinto dia de discussão, os senadores poderão apresentar emendas à proposta que veio da Câmara dos Deputados e que recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso sejam oferecidas emendas, a proposta volta para análise da comissão. Do con-

trário, o plenário vota a PEC em primeiro turno já no dia 19.

A PEC define percentuais do orçamento municipal que podem ser gastos com as Câmaras de Vereadores, de acordo com a população da cidade. Entre as alterações feitas pelos deputados na proposta original do Senado (do ex-senador Esperidião Amin), está a fixação de limites para a remuneração dos vereadores. O parecer de Jefferson na CCJ teve dez votos favoráveis, três contrários e duas abstenções.

Passarinho é o convidado do programa Entrevista

No programa *Entrevista* de amanhã e domingo, às 11h e às 23h, o convidado é ex-governador do Pará, ex-senador e ex-ministro Jarbas Passarinho. Passarinho fala de sua carreira política, se diz um socialista-liberal, revela detalhes de bastidores durante a Constituinte e da sua nomeação como ministro da Justiça no governo do ex-presidente Fernando Collor.

Também no sábado e no domingo, às 12h30, a TV Senado reapresenta as audiências públicas conjuntas das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizadas para discutir os três projetos que estão tramitando nas comissões sobre fabricação, comércio e porte de armas de fogo.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalma Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Maguito Vilela defende legislação que beneficie o esporte

Maguito propõe debate sobre questão dos bingos

A Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a examinar medida provisória que modifica a forma de autorizações para o funcionamento de bingos no país é, na opinião do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), uma excelente oportunidade para que se crie uma nova legislação que beneficie o futebol brasileiro e o esporte como um todo. Maguito foi indicado relator da comissão.

O senador por Goiás informou que a comissão, instalada ontem, destina-se a examinar MP que estabelece uma nova taxa de autorização para funcionamento dos bingos. A seu ver,

a MP que gerou a comissão mista é da maior importância porque permitirá que o Congresso Nacional veja toda a questão dos bingos.

“Grande parte dos bingos que funcionam no país está servindo para a lavagem de dinheiro e o narcotráfico”, disse Maguito Vilela. Ele informou que, como relator, irá propor que sejam ouvidos pela comissão todos os envolvidos em denúncias de irregularidades, além de dirigentes de clubes e integrantes da Fifa e CBF, a fim de que se possa produzir um documento à altura do esporte brasileiro.



Romeu Tuma e Jonas Pinheiro participaram de debate com representantes do setor

Jonas aposta em solução para produtores de cana

Durante reunião realizada ontem no Senado, com representantes dos produtores de álcool, açúcar e fornecedores de cana, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ressaltou que a crise, que há meses atinge o setor, está próxima de uma solução. Os produtores decidiram encaminhar três reivindicações, durante a reunião a Comissão Interministerial do Açúcar e do Alcool (Cima).

— As propostas são o fim dos leilões promovidos pelo governo para vender álcool e que têm prejudicado os empresários do setor; a introdução da co-gestão na administração de empresas produtoras de álcool com a participação do governo; e a definição de uma política de médio e longo prazos para esse segmento da economia — informou Jonas Pinheiro.

A reunião foi aberta pelo primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), que, junto com o senador mato-grossense faz parte da Cima. Para Melo, a imagem do setor sucro-alcooleiro merece ser recuperada perante a opinião pública.

— É impossível continuar com o estereótipo do setor que é tratado sempre como o vilão. Além de uma opção para a gasolina, como combustível, o álcool também é um dos que mais oferecem empregos — protestou.

LEILÕES

A realização de leilões de álcool, como se tornou freqüente para o governo nos últimos meses, mereceu a condenação unânime dos produtores. O representante da Álcool Brasil e da Bolsa de Valores do Alcool, Paulo Aurelino, argumentou que essa prática tem sido “altamente danosa” porque empurra o preço do produto para baixo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que acompanhou todo processo de implantação do Proálcool. Ele lembrou que, naquele período, houve um estímulo para que os produtores incrementassem o plantio de cana visando a produção do álcool. No entanto, lamentou, essa política não teve continuidade. Também participaram dos debates os senadores Arlindo Porto (PTB-MG) e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS).

Senado deve ser informado sobre economia, diz Jader

Senador sugere que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central prestem esclarecimentos à Casa a cada três meses

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) sugeriu que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central sejam obrigados a comparecer ao Senado a cada três meses, para prestar esclarecimentos sobre a economia e a política monetária do país. O líder do PMDB registrou o aniversário de um ano da flexibilização do sistema de bandas cambiais pelo então presidente em exercício do Banco Central, Francisco Lopes, que alterou os limites do dólar negociado pela autarquia nos mercados interbancário e de câmbio e gerou instabilidade nos mercados financeiros.

— No momento em que a banda diagonal endógena completa um ano de aniversário, a dilapidação de R\$ 1,5 bilhão do patrimônio público, por parte das autoridades que àquela altura dirigiam o Banco Central, deve receber registros não só da imprensa, mas tam-

bém do Parlamento, particularmente do Senado — comentou Jader.

O senador lembrou que no ano passado o Senado instalou, através de requerimento de sua autoria, a CPI do Sistema Financeiro, criada para apurar oito fatos determinados, sendo que o primeiro deles foi denominado “A operação secreta de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, pelo Banco Central do Brasil”. Ele acrescentou que

mais de R\$ 1,5 bilhão dos recursos que foram investidos nos bancos em 24 horas terão que ser pagos pelo poder público e pela sociedade.

O senador afirmou que, embora muitas alterações sugeridas pela CPI já te-



Jader lembrou aniversário de mudança na política cambial

tenham sido implementadas, existem outras medidas que precisam ser colocadas em prática. Ele sugeriu o aniversário do sistema de bandas como momento apropriado para refletir sobre o que aconteceu e a necessidade de adotar as soluções propostas no relatório da CPI.

Citando reunião realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado na quarta-feira, onde foi discutida a

possibilidade de o Supremo Tribunal Federal julgar magistrados, Jader advertiu que, no caso dos diretores do Banco Central, “eles estão acima do bem e do mal e vão ficar também acima da lei, porque estão protegidos pela irresponsabilidade”.

Suplicy vê efeitos positivos na desvalorização do real

A mudança na política cambial, que completa um ano nesta semana, embora tenha sido tardia e realizada de forma atabalhoada pelo governo, “teve efeitos predominantemente positivos”, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao fazer um balanço sobre os efeitos da desvalorização do real e da modificação do regime cambial brasileiro. Aliados a uma queda dos juros maior do que a atingida até agora — “existe a possibilidade de que o Banco Central continue reduzindo os juros ao longo deste ano” —, o senador acredita que estarão dadas as condições para uma retomada do crescimento econômico.



Eduardo Suplicy espera crescimento de 6% ao ano da economia brasileira

A desvalorização e a adoção do regime de flutuação cambial administrada — em substituição ao regime de bandas estreitas — foram necessárias para reduzir o desequilíbrio externo, ampliar as possibilidades de crescimento e permitir maior autonomia à política monetária, justificou. Se os efeitos positivos ainda deixam a desejar, reconheceu o senador, o fato é que “a dependência nacional em relação a capitais estrangeiros está diminuindo, ainda que lentamente”. Além disso, observou, houve redução considerável na quantidade de bens importados e as exportações aumentaram, ainda que menos do que era esperado, devido à retração de im-

portantes mercados no exterior e à queda dos preços da pauta de exportações brasileira.

Outro efeito positivo da desvalorização, na avaliação de Suplicy, foi a redução nas despesas com viagens internacionais, assim como de outros itens da conta corrente do balanço de pagamentos, o que, no acumulado de janeiro a novembro de 1999, reduziu o déficit em conta corrente em cerca de 30%, em dólares, comparativamente ao mesmo período de 1998.

O impacto das mudanças cambiais sobre as finanças públicas foi negativo em 1999, mas não totalmente negativo, na opinião de Suplicy, porque o abandono da ân-

cora cambial permitiu a redução gradativa da taxa de juro real, como aconteceu com a taxa de juros Over-Selic, de 31,24% para 19,03%. A dívida líquida do setor público consolidado aumentou de 42% do PIB em dezembro de 1998 para 49% em outubro de 1999, dado que o governo transferiu para o setor público a maior parte dos custos da desvalorização cambial, explicou o senador.

Para Suplicy, o quadro geral da economia do país exige agora medidas que alterem a péssima distribuição de renda e riqueza e viabilizem um crescimento a taxas de 6%, “à altura da potencialidade da economia brasileira”.

Simon cobra apresentação de denúncia contra Lopes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou ontem a denúncia, pelo procurador-geral da República, do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, em função das conclusões da CPI do Senado que investigou crimes no sistema financeiro. Ele pediu o rápido julgamento dos possíveis crimes de Lopes pelo Supremo Tribunal Federal.



Simon acredita que Lopes conta com lentidão da Justiça

— Neste momento os olhos do povo estão colocados sobre a Justiça e o procurador — destacou o parlamentar. Ele lembrou que no Japão “o último ex-presidente do Banco Central está na cadeia, enquanto o seu antecessor suicidou-se para não ser preso também”.

Simon lembrou que Francisco Lopes declarou no plenário da CPI do Sistema Financeiro, e depois repetiu a mesma tática durante depoimento na Polícia Federal, que falaria “apenas em juízo” a respeito das denúncias apresentadas contra ele. Inclusive a propriedade de US\$ 1,67 milhão, depositados no exterior, conforme documento encontrado pela polícia em sua casa e de autoria de seu sócio na empresa Macrométrica.

O senador entende que Lopes está contando com a lentidão da Justiça para escapar do castigo.



AS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CRE) E DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ), QUE SÃO PRESIDIDAS RESPECTIVAMENTE PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY E JOSÉ AGRIPIANO, DISCUTIRAM ONTEM, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, AS RESTRIÇÕES À PRODUÇÃO, À COMERCIALIZAÇÃO, AO PORTE E À POSSE DE ARMAS DE FOGO NO PAÍS. O ASSUNTO É TEMA DE TRÊS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO SENADO, APRESENTADOS PELOS SENADORES GERSON CAMATA, DJALMA FALCÃO E JOSÉ ROBERTO ARRUDA

Garotinho: mais armas significam mais violência

Rubens Cezar: “A arma é o veículo da epidemia de violência, assim como o mosquito é o vetor da malária”



Líder do movimento *Viva Rio* vê uma epidemia que requer combate imediato

O presidente do movimento *Viva Rio*, Rubens Cezar Fernandes, afirmou que o Brasil vive uma verdadeira “epidemia de violência”. Ele concorda não haver uma “relação unívoca entre arma de fogo e crime”, mas argumenta que “a arma é o veículo da epidemia, assim como o mosquito é o vetor da malária ou da febre amarela”.

— Da mesma maneira que devemos caçar o mosquito, é a arma de fogo que precisa ser proibida. É possível controlar a produção, a comercialização e o consumo de armas de fogo, desde que haja vontade política

para tanto. É preciso ser radical no combate ao vetor. O ‘varejão do crime’ é feito com as armas de mão, revólveres e pistolas, é por esse setor que devemos começar o controle — afirmou.

Para Rubens Cezar, pode-se pensar em abrir exceção para as espingardas de caça. “Elas são indispensáveis para a sobrevivência no Brasil rural e no interior do país. Mas as demais armas de fogo precisam ser proibidas terminantemente no país. Da mesma maneira que a epidemia de criminalidade começou, ela há de acabar”, concluiu o presidente do *Viva Rio*.

Diretor da Taurus contesta dados divulgados por ONGs

Em pronunciamento feito durante a audiência pública realizada para instruir o exame de proposta que restringe a fabricação e o uso de armas de fogo no Brasil, o presidente da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munição, Carlos Alberto Murgel, contestou dados divulgados por organizações não-governamentais (ONGs), segundo os quais, de cada 16 pessoas que reagem a assaltos, 15 são mortas ou feridas. Segundo ele, não há comprovação desse número, até porque as vítimas, quando conseguem impedir um ataque, dificilmente registram ocorrência na polícia ou o comunicam à imprensa.

O representante da indústria de armas e munição, que também é diretor-presidente da Taurus, afirmou que os empresários do setor não defendem a venda sem controle de ar-

mamentos, nem que todo e qualquer cidadão saia armado às ruas. Carlos Murgel lembrou que, entre os anos de 1995 e 1997, as indústrias de armas e munição trabalharam em conjunto com os ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica, Justiça, Relações Exteriores e Fazenda para criar lei tratando do registro e porte de armas. A legislação, segundo ele, é uma das mais modernas e rígidas em vigor no mundo.

Ao finalizar seu pronunciamento, Carlos Alberto Murgel afirmou que, em vez de restringir o porte de armas, é necessário atacar as verdadeiras causas do fenômeno da violência. Ele defendeu medidas como o reaparelhamento e a modernização dos sistemas públicos de segurança e a retomada dos valores éticos e morais.

A partir de dados gerados por estudos de entidades norte-americanas, o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PDT), revelou que a disponibilidade de armas de fogo aumenta a violência e o índice de homicídios. Segundo ele, os estudos demonstram que nos Estados Unidos, onde a venda e a posse são amplamente permitidas, o índice de mortes por arma de fogo chega a ser 19 vezes maior que em qualquer outro país.

Os estudos apresentados pelo governador também revelam que as chances de brigas familiares terminarem em morte crescem muito quando alguém está armado e que apenas 15% dos assassinatos ocorridos nos Estados Unidos são cometidos por pessoas desconhecidas das vítimas.

Segundo o governador, o Departamento de Estado norte-americano suspendeu, em 1996, a exportação de armas para o Paraguai devido ao fluxo ilegal dessas armas para outros países, principalmente o Brasil. As licenças de exportação, continuou Garotinho, foram suspensas até que o governo paraguaio crie um controle eficaz para o comércio de armas, mas



Garotinho citou estudos feitos nos EUA para afirmar que a violência tem relação com a disponibilidade de armas de fogo

o governo daquele país recusa-se a implantar qualquer controle. “O governo brasileiro não tomou nenhuma providência em relação à exportação de armas nacionais para o Paraguai”, disse Garotinho.

Ele acrescentou que, entre janeiro de 1994 e março de 1999, foram recolhidas 4.447 armas pela polícia do estado do Rio. Uma análise dessas ar-

mas revelou que 83% delas são de fabricação brasileira, 6,5% são americanas e 2,4% são argentinas. Do total de 32.469 armas apreendidas, 89% são armas leves, como revólveres, pistolas e espingardas, vendidas normalmente no comércio e nas fronteiras. Garotinho entregou ao senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sugestões para os projetos de lei em tramitação.

Fabricante diz que restrições em estudo em nada reduzirão os índices de criminalidade

Em exposição perante as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, o vice-presidente da Associação Nacional de Armas e Munições (Aniam), Antonio Marcos Moreira de Barros, negou ontem que haja qualquer vinculação entre a venda de armas de fogo e os índices de criminalidade.

— Nos últimos cinco anos, as vendas de armas de fogo no Brasil caíram 80% enquanto os índices de criminalidade continuaram a subir. Em países como o Canadá, Nova Zelândia e Austrália

há um número dez vezes maior de armas de fogo por habitante do que no Brasil, mas os índices de criminalidade são mínimos — enfatizou.

Segundo Moreira de Barros, a proposta de proibir venda e posse de armas de fogo no Brasil é simplista e não vai resolver o problema. “Pesquisa do Ibope com 2000 entrevistados mostrou que 88% afirmaram ser ‘muito fácil’ comprar uma arma ilegal, enquanto 63% dos que possuíam armas argumentaram que não irão devolvê-las, mesmo que o projeto seja aprovado. Ou seja, a lei não será res-

peitada”, afirmou.

Moreira de Barros acrescentou que há no país mais de 500 mil vigilantes armados, totalmente despreparados, situação que não será modificada pelo projeto. “Todos sabem que existe um número avassalador de armas de fogo ‘perdidas’ por esses vigilantes”, prosseguiu. Ao lado disso, segundo ele, também policiais corruptos já montaram um verdadeiro supermercado de armas, especialmente de calibre 38, privativas das Forças Armadas. “Além de desrespeitada, a lei será inócua”, concluiu Moreira de Barros.

Para Irapuan, proibir a venda e o porte é inconstitucional

O ex-senador goiano Irapuan Costa Júnior participou ontem do debate em torno da proibição de venda de armas e considerou a proposta inconstitucional. Para ele, proibir a venda e o porte de armamentos representaria uma “enorme invasão de privacidade e um risco para a soberania nacional”.

Na avaliação do ex-parlamentar, o projeto que está em discussão nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores

e Defesa Nacional (CRE) do Senado “é o mais abrangente e radical” de que já teve conhecimento.

Posicionando-se contrariamente à proposta, Irapuan lembrou situações como a dos colecionadores de armas, dos atiradores esportivos, dos caçadores e dos pequenos sítiantes e fazendeiros, que contam com as armas para obter alimentos e dar segurança a suas propriedades. “Todos serão prejudicados”, alertou ele.



O que causa violência é a exclusão social, disse Irapuan

Destacando que a violência é provocada pela exclusão social e pela miséria, o ex-senador disse que na Inglaterra, após ter sido tomada medida semelhante, houve aumento no número de crimes com armas de fogo, durante três anos seguidos.

DURANTE A AUDIÊNCIA, OS SENADORES OUVIRAM OPINIÕES CONTRADITÓRIAS SOBRE OS EFEITOS DA EVENTUAL PROIBIÇÃO DA VENDA DE ARMAS. O REPRESENTANTE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, OSCAR VILHENA, INFORMOU QUE AS ARMAS SÃO A PRINCIPAL CAUSA DE MORTE EXTERNA NO BRASIL. PARA A INDÚSTRIA, CADA CIDADÃO DEVE TER O DIREITO DE DECIDIR SE DEVE OU NÃO COMPRAR UMA ARMA. O PROFESSOR JOSÉ BAUER PREFERIU APOSTAR EM UM PROCESSO RIGOROSO DE CONCESSÃO DO PORTE, ENQUANTO O VICE-DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL, WANTUIR JACY, LEMBROU QUE REPRESSÃO A ARMAS ILEGAIS EXIGE RECURSOS



Número de mortes pode ser reduzido, diz especialista

Ao defender a proibição de comercialização, posse e porte de armas de fogo no Brasil, o secretário-executivo do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas pela Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes, Oscar Vilhena Vieira, informou que no Brasil a arma de fogo é a principal responsável pelas mortes de causa externa. Ele acrescentou que no país morrem mais policiais vítimas de armas de fogo do que em qualquer outra democracia do mundo.

Oscar Vilhena acrescentou que 83% das armas apreendidas no Rio de Janeiro tiveram origem legal. Em São Paulo, segundo o representante das Nações Unidas, nos últimos cinco anos, 75 mil armas foram roubadas. Apresentando estes números, ele admitiu não ter certeza se a proibição das armas reduzirá a violência, mas ele disse que certamente o número de mortes por homicídio será reduzido.

Continuando sua defesa da proibição das armas, Oscar Vilhena citou que, a cada sete horas, morre no Brasil uma

pessoa vítima de acidente com arma de fogo, sendo que muitas delas são crianças. Ele informou também que, a cada 12 horas, uma pessoa se suicida, também com arma de fogo. “Se não tivéssemos o acesso facilitado como temos hoje, certamente continuaria a haver suicídios e acidentes domésticos, mas não na quantidade que temos hoje”, opinou.

Encerrando sua intervenção na audiência conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, que serviu para instruir o exame de proposta que restringe a fabricação e o uso de armas de fogo no Brasil, Oscar Vilhena contestou o custo social da medida. Ele indagou se não seria preferível desempregar 27 mil pessoas e reduzir R\$ 40 milhões em impostos, como divulgam os representantes das indústrias de armas, para evitar 41 mil mortes por ano e diminuir os gastos do país em 10% do seu PIB, quantia, que segundo ele, é gasta com a violência.



Oscar Vilhena Vieira, da ONU, afirmou que a cada sete horas morre no país uma pessoa vítima de acidente com arma de fogo

Indústria prevê abertura a contrabando

A proibição da venda de armas de fogo em todo o país abrirá as portas para o tráfico indiscriminado de armamentos, advertiu Marcelo Torres, ao falar em nome da Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas, em audiência pública sobre a matéria nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Para ele, caso venha a se concretizar a proposta, “o Estado poderá se tornar um parceiro dos bandidos e de suas ações”.

O representante da associação entende que a proibição da comercialização de armas de fogo é inconstitucional, irreal e impraticável. “É também um verdadeiro confisco de bens, ferindo o direito à propriedade”, garantiu Marcelo Torres, ao se mostrar temeroso de que o Congresso Nacional, “pressionado pelos que defendem o desarmamento civil, ceda e aprove uma proposta que vai deixar milhões de cidadãos de bem à mercê da própria sorte e dos bandidos”.

Marcelo Torres é de opinião que o simples desarmamento civil, como o proposto, não vai resolver, “como num passe de mágica”, o problema da violência no país. Para ele, o combate à violência passa pela adoção de medidas concretas destinadas a distribuir melhor a renda nacional, diminuir as desigualdades sociais e promover ações nas áreas de saúde e de educação.

— Mas o Estado brasileiro vira as costas para esses problemas e alguns de seus membros sugerem uma proposta simplista, como a proibição da venda de armas, como se fosse a panacéia milagrosa no combate à criminalidade, o que não é verdade — observou Marcelo Torres. Para ele, a decisão de ter uma arma deve ser uma iniciativa soberana de cada cidadão, e não uma imposição do Estado.

Repressão a comércio ilegal exige recursos, alerta Polícia Federal

A repressão às armas ilegais no Brasil exige meios e material, alertou ontem o vice-diretor da Polícia Federal (PF), delegado Wantuir Jacy, na reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores (CRE). Wantuir disse que existem vários projetos de reequipamento da PF tramitando há 10 anos. Ele explicou aos senadores que atualmente o controle de armas é feito pelo Sistema Nacional de Armas (Sinarma), no qual as armas legaliza-

das, nacionais e importadas, são cadastradas. Este controle não atinge todo o país, já que 15 estados ainda não se integraram ao sistema. O delegado também explicou que a Polícia Federal desenvolveu um banco de dados informatizado que acompanha as armas de fogo no Brasil desde a fabricação até o usuário final.

A partir de levantamento feito pela PF, Wantuir revelou que existem 1,8 milhão de armas cadastradas no Sinarma, sendo que 420 mil delas estão em 1,5 mil empresas particula-

res de vigilância. Em 1999, segundo Wantuir, foram furtadas 12.886, das quais apenas 190 foram recuperadas; 42.550 armas foram cadastradas e 1.030 foram extraviadas ou perdidas. O vice-diretor disse que o Sinarma tem méritos, mas não atende à necessidade de controle de armas no Brasil e que a proibição de venda e posse, com algumas exceções, seria importante. As exceções seriam as Forças Armadas, as polícias, esportistas, caçadores e habitantes de áreas rurais.



Wantuir Jacy disse que tramitam há 10 anos projetos de reequipamento da Polícia Federal



José Bauer citou pesquisas feitas nos EUA, segundo as quais bandidos evitam assaltar casas onde acreditam haver armas

Professor condiciona porte a qualificação teórica e prática

“O bandido, e não a arma, é o vetor da violência”, afirmou o professor da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul, José Bauer, em audiência pública no Senado sobre a proibição de armas de fogo, contrariando depoimento do presidente da Organização Não-Governamental *Viva Rio*, que apontou a arma de fogo como o “vetor”, o “mosquito” responsável pela transmissão da violência no país.

Especialista em armamentos, o instrutor manifestou-se contra a proposta

de proibição da venda de armas, objeto de três projetos em tramitação no Senado. Ele citou pesquisas feitas nos Estados Unidos, inclusive com presidiários, indicando que os bandidos evitam assaltar pessoas ou residências que supõem tenham armas. E apontou o exemplo do Rio Grande do Sul como merecedor de ser seguido pelos demais estados. Ali, disse, a obtenção de um porte de arma é um processo que exige qualificação teórica e prática, tal como se o cidadão fosse tirar uma habilitação para dirigir.



ENQUANTO O AUTOR, JOSÉ ROBERTO ARRUDA, CONVENCEU-SE, APÓS O DEBATE, DA VALIDADE DE SEU PROJETO DE PROIBIÇÃO DE ARMAS DE FOGO, DIVERSOS OUTROS SENADORES APONTARAM CAMINHOS ALTERNATIVOS. HELOÍSA HELENA CONSIDERA QUE A APLICAÇÃO RIGOROSA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR DARIA RESULTADO, SIMULTANEAMENTE A MEDIDAS DO GOVERNO CONTRA A VIOLÊNCIA. JOSÉ FOGAÇA DEFENDE CAMPANHA EDUCATIVA JUNTO À POPULAÇÃO. JOSÉ EDUARDO DUTRA ACHA QUE PROJETO REDUZIRÁ CRIMES POR MOTIVOS FÚTEIS, ENQUANTO EDUARDO SUPPLYC É UM DEFENSOR DO DESARMAMENTO DE PESSOAS E PAÍSES

Arruda está convencido de que proibir é a solução

Senador diz que argumentos apresentados pelos que são contra a limitação às armas de fogo dissiparam suas últimas dúvidas

No debate que se seguiu às exposições feitas na audiência pública, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse ontem que, se tivesse alguma dúvida sobre a necessidade urgente de se proibir as armas de fogo, estaria agora convencido, em razão dos argumentos dos que se opuseram à limitação.

Ele começou criticando Marcelo Torres, representante da Associação dos Proprietários e Comerciantes de Armas, o qual, em sua exposição, indagou com que direito os senadores queriam legislar sobre esse assunto. Arruda respondeu que com o direito conferido pelas urnas: “Vamos legislar dentro das regras do sistema democrático e não é a moral de quem sobrevive vendendo armas para gerar violência nesse país que vai nos impedir”, avisou.

Arruda também condenou a forma como Marcelo Torres referiu-se



Para Arruda, o bom senso e o equilíbrio deverão decidir quais serão as exceções à lei

aos criminosos, classificando-os como “animais de duas patas”. “Me parece que o Sr. se referiu a seres humanos que cometeram crimes nas cidades. Acontece que a Cons-

tituição e as leis exigem respeito humano a todos os cidadãos, inclusive àqueles que tenham cometido crimes. Então refuto o linguajar que o Sr. usou nesta tribuna”, disse ainda o senador.

Excetuando a exposição do representante da Associação dos Proprietários e Comerciantes de Armas, Arruda definiu todos os outros argumentos como uma contribuição importante para o aperfeiçoamento dos projetos que tratam do assunto, em tramitação no Senado.

Ele reconheceu que a proibição pura e simples da venda de armas pode ir em sentido contrário à eficácia desejada, mas opinou que o bom senso e o equilíbrio fatalmente determinarão a abertura de exceções que vão contemplar os colecionadores, os que sobrevivem da caça, os atletas que participam de competições e outras pessoas que lidam com armas.

Heloísa Helena considera que é mais eficaz aplicar a legislação em vigor

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), mais importante que aprovar um projeto proibindo armas de fogo é aplicar a legislação em vigor, que já contém inúmeras normas destinadas a conter a violência. Ela expôs esse entendimento na audiência pública realizada para debater os projetos que tratam do assunto. “Me surpreende muito que, de repente, todo o discurso em relação à violência fique pautado aqui, quando podíamos tomar outras providências primeiro”, aconselhou ela.

Como exemplo, Heloísa Helena disse que o poder público poderia fazer um cadastro rigoroso das armas disponíveis, fortalecer a estrutura da Polícia Federal no combate ao narcotráfico e aplicar as restrições já previstas na lei em vigor. Uma de suas preocupações é quem garantirá as pessoas que entregarem suas armas. Na opinião da senadora, o Brasil é um país de serviços ineficientes de segurança pública, onde o narcotráfico age livremente e onde a máfia italiana já informou que o dinheiro dos bingos tem



Heloísa Helena: “Gostaria de ver o governo federal tomar outras medidas primeiro”

ligações com o tráfico de drogas.

“Eu queria ver o governo federal tomar outras medidas, gostaria de ver outras iniciativas serem tomadas primeiro”, preconizou a senadora. Embora disposta a participar de mais discussões sobre a proibição de armas, ela sustentou que essa iniciativa não

é uma panacéia contra a violência. Também disse que os argumentos dos defensores da indústria de armas quase a inclinaram a aprovar o projeto. “Mas gostaria de participar de mais debates, para não vendermos para a sociedade aquilo que não vamos fazer”, afirmou.

Com dados oficiais segundo os quais apenas 1,5% da população está armada, Heloísa Helena questionou se um simples projeto proibindo o porte de arma vai reduzir a violência. Antes, insiste ela, é preciso discutir que outras providências podem ser tomadas. A senadora admitiu, contudo, ter uma grande preocupação com o tráfico e indagou quem vai enfrentar, por exemplo, a estrutura criminosa organizada num morro que disponha de um grande arsenal. Para isso, ela acha que a Polícia Federal precisa ser mais aparelhada.

Para Fogaça, campanha educativa teria eficácia

O senador José Fogaça (PMDB-RS) indagou se uma campanha de educação sobre violência e uso indevido de armas não daria melhores resultados do que uma proibição cabal, ao manifestar sua indecisão sobre a operacionalidade dos projetos que proíbem comercialização e porte de armas de fogo.

Fogaça argumentou que o Código de Trânsito Brasileiro, que no princípio foi recebido negativamente, hoje está mostrando resultados concretos. “Morre-se menos no trânsito, há menor número de desastres. Isso porque aprovou-se uma legislação rígida, acompanhada de ações efetivas de educação cidadã, para convencer a opinião pública”, explicou.



José Fogaça

Segundo Fogaça, o carro brasileiro matava mais do que o carro alemão, assim como a arma de fogo brasileira mata mais do que a alemã. “Mas no trânsito conseguimos uma vitória. Em relação a armas de fogo não poderia ser semelhante? Ao invés de uma proibição, não será possível orientar as pessoas, dando a quem deseje uma arma de fogo o direito de possuí-la?”, indagou.

O senador gaúcho aplaudiu a iniciativa da audiência pública das comissões de Relações Exteriores e de Constituição, Justiça e Cidadania, afirmando ser o caminho correto para dar aos senadores mais embasamento para analisar os projetos e orientar seus votos.

Dutra crê na diminuição dos crimes por motivos banais

As restrições à fabricação, comércio e porte de armas deverão levar à diminuição dos crimes praticados por motivos banais ou fúteis, de acordo com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele se referiu aos crimes cometidos por cidadãos comuns, que, num lance de emoção ou com a consciência turvada pela embriaguez, disparam armas de fogo:

— Estou entre os que em linhas gerais defendem os projetos, mas com cuidado. Não acredito que eles ofereçam solução para tudo — disse Dutra, durante audiência pública.

O senador mostrou-se contrário à argumentação de que os projetos são li-



José Eduardo Dutra

mitados em sua abrangência, o que comprometeria a sua eficácia. Para Dutra, alegar que um projeto deixa de resolver muitas questões a ele relacionadas acaba impedindo que a matéria seja aprovada e uma lei eficaz em seu raio de ação específico possa ser colocada à disposição dos cidadãos e da Justiça. O senador adiantou que tem a intenção de votar a favor de um projeto que sintetize as três propostas em discussão:

— A maioria dos brasileiros está desarmada e não comete crimes, mas espera que votemos uma lei que proteja a população da minoria armada — advertiu o senador.

Suplicy prega o desarmamento

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou a utopia de Sir Thomas Morus (filósofo inglês do século XVI) para defender o desarmamento total de pessoas e de países. “Todos devemos trabalhar pela paz e pela justiça social. No Brasil, um terço da população não dispõe de meios para sua sobrevivência, por isso conclamo o governo e sua base parlamentar a agir mais depressa para sanar essa situação”, afirmou.

Sobre a proposta de proibição de comercialização e porte de armas no país, discu-



Eduardo Suplicy

tida em audiência pública das comissões de Relações Exteriores e Constituição, Justiça e Cidadania, Suplicy disse ser “um primeiro passo” para o desarmamento total:

— Concordo com Paulo Sérgio Pinheiro, quando diz que comprar arma para se defender de um assalto é uma ilusão, porque quem reage tem mais probabilidade de morrer. Mas confesso que minha meta é mais ambiciosa: ver extintos os conflitos armados entre países que, no ano passado, somaram 67 — concluiu.



UM TEMA COMPLEXO E POLÊMICO COMO O CONTROLE DAS ARMAS DE FOGO NÃO PODE SER DECIDIDO COM PRESSA. AO CONTRÁRIO, REQUER UM DEBATE PROFUNDO E COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E EXTREMO CUIDADO NAS DECISÕES. PONDERAÇÕES DESSE TIPO MARCARAM AS MANIFESTAÇÕES FEITAS DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA PELOS SENADORES PEDRO PIVA, RENAN CALHEIROS, PEDRO SIMON E IRIS REZENDE. PARA TODOS ELES, A PRUDÊNCIA É, NESSE CASO, A PALAVRA-CHAVE. SÓ ASSIM, ENTENDEM ELES, OS PARLAMENTARES PODERÃO DELIBERAR SOBRE O ASSUNTO DA MANEIRA MAIS ADEQUADA PARA A NAÇÃO



Na opinião de Iris, a matéria deve ser tratada com elevado senso de responsabilidade

Senado decidirá com equilíbrio, diz Iris Rezende

Antes de encerrar a audiência pública, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) louvou o fato de que ninguém ali foi convocado, mas compareceu espontaneamente, atendendo a um convite do Senado. Ele ponderou que “o Senado é a Casa do equilíbrio” e que decidirá esse assunto com responsabilidade e dentro de um consenso.

Ele também cumprimentou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) pela idéia de convocar o debate, o que, em sua opinião, demonstra elevado sentimento de responsabilidade antes da apresentação de um parecer. Na opinião de Iris Rezende, isto assegurará um parecer coerente com o que a sociedade pensa, permitindo ao Senado decidir com tranqüilidade.

Depois de lembrar que a audiência pública durou quase seis horas, Iris Rezende disse que os que dela participaram demonstraram espírito público e apreço pelo Senado. Ele reconheceu que a matéria é polêmica e complexa, mas assegurou que a sociedade pode estar tranqüila porque o Senado decidirá com responsabilidade.

Pedro Piva defende a aprovação de relatório conjunto pela CRE e pela CCJ

O senador Pedro Piva (PSDB-SP), relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) dos projetos que tratam de restrições à fabricação, venda e porte de armas de fogo, quer apresentar até o início da próxima semana relatório sobre a matéria em conjunto com o relator dos projetos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Durante a audiência pública de ontem, contudo, Piva não excluiu a hipótese de os relatórios serem apresentados em separado ou de o debate simplesmente prosseguir na semana que vem. “As discussões que estamos promovendo aumentaram as dúvidas dos senadores, que agora estão preocupados



O senador Pedro Piva busca um “denominador comum em defesa da sociedade e do pacifismo”

sas. Piva também se referiu às palavras do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em defesa de um tratamento justo e igualitário para todos como base de uma sociedade segura.

— Precisamos trabalhar pela utopia do possível — pregou Piva.

Para reunir de forma harmônica as diversas posições expressas pelos parlamentares durante o debate, Piva pretende usar o que chamou de “denominador comum em defesa da sociedade e do pacifismo”. Assim, a proibição às armas de fogo seria estabelecida, mas com as exceções consideradas “possíveis”.

em não errar”, disse Piva.

Ele citou o caso da senadora Heleína Helena (PT-AL), que defendeu, em vez da aprovação do projeto, uma ação mais efetiva do governo e da sociedade para o cumprimento das leis já vigentes e um combate sistemático ao crime e às suas cau-

Renan informa que 66% dos crimes são cometidos no país por motivos fúteis

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) dos projetos destinados a coibir o uso de armas de fogo, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) admitiu que a exclusão social aumenta a criminalidade, mas lembrou que 66% dos crimes ocorridos no Brasil são cometidos por motivos fúteis e poderiam ser chamados de “delitos sem causa, que não têm nada a ver com exclusão social, visto que acontecidos ao sabor da emoção”.

Ele definiu o Brasil como o paraíso da impunidade, dando como exemplo o fato de que só 1,7% dos crimes acontecidos em São Paulo são esclarecidos. “Vivemos a impunidade, a falência do Estado”, disse ainda o parlamentar, observando não saber com precisão se o que mata mais, no Brasil, é a arma legal ou a ilegal.

Ele sustentou que é preciso dar o primeiro passo, sendo a iniciativa em exame no Senado a primeira grande providência para enfrentar a questão. “Na condi-

ção de quem quer o melhor para o país, vou apresentar meu parecer levando em consideração todas as ponderações aqui feitas”, afirmou ele, referindo-se à audiência pública realizada pela CCJ em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Renan Calheiros reconheceu que um projeto coibindo armas de fogo não poderá ser votado com a pressa antes pretendida. Disse que, na condição de relator, recusou-se a apresentar um parecer oral, propondo a realização de uma sessão conjunta, ocorrida terça-feira, assim como a audiência pública de ontem.

O que desejava, explicou, era exatamente a contraposição de idéias, estatísticas e posições. “Sem isso, nem eu nem Pedro Piva (relator da matéria na CRE) teríamos condições de apresentar parecer e termos a certeza de que retrataríamos o que o Senado pensa sobre a questão.”

— Também sou a favor de uma tramitação mais longa da matéria — revelou o senador.

Pedro Simon sugere que debate tenha continuidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que o debate sobre as restrições à fabricação, venda e porte de armas de fogo dure até que os senadores amadureçam suas opiniões e possam votar um projeto realmente adequado ao país.

Entre as possibilidades apresentadas pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) — votação de um relatório conjunto da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), votação de relatórios separados, ou a continuação das discussões — Simon disse preferir a última opção.

— Estamos vivendo um momento importante. Foi dado espaço ao debate, cujos resultados superaram em muito os projetos. Aqui no Senado, ou as matérias são votadas às pressas ou acabam não sendo votadas — disse Pedro Simon.

Ele afirmou não compartilhar da segurança expressa pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) em relação à matéria. Simon argumentou que a aprovação de lei não garante necessariamente ao cidadão a proteção do Estado. E lembrou que o Código de Trânsito Brasileiro tem sido insuficiente para reduzir a níveis aceitáveis os acidentes de carro e atropelamentos.

— Na quadra onde moram os senadores, em Brasília, a faixa de pedestres é respeitada pelos motoristas, mas o mesmo não ocorre em Porto Alegre — disse Simon. O senador considera a impunidade um dos problemas mais sérios do Brasil.



Segundo Simon, é preciso discutir mais o tema para que as idéias “amadureçam”

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial Unip* — Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Enfisema
6h30 — *Especial* — Abrolhos (5º episódio)
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Entrevista* — O senador Casildo Maldaner fala sobre as relações trabalhistas e o seguro-desemprego
7h30 — *Jornal do Senado*
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Consulta Marcada* — O psiquiatra Ademar Borges da Silva fala sobre a esquizofrenia
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária do Senado Federal (ao vivo)
12h — *Cores do Brasil* — Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Belém
12h30 — *Entrevista* — O senador Casildo Maldaner fala

sobre as relações trabalhistas e o seguro-desemprego
13h — Revista da Comissão Mista da Pobreza
13h30 — *Debate* — O senador Maguito Vilela e a deputada Maria de Lourdes Abadia falam sobre Fundo de Combate à Pobreza
14h30 — Sessão Plenária do Senado Federal (reapresentação)
18h30 — Revista da Comissão Mista da Pobreza
19h — *Síntese* — Saúde Pública
20h30 — *Entrevista* — O senador Casildo Maldaner fala sobre as relações trabalhistas e o seguro-desemprego
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — Revista da Comissão Mista da Pobreza
21h30 — *Especial* — Abrolhos (5º episódio)
22h — *Consulta Marcada* — O psiquiatra Ademar Borges da Silva fala sobre a esquizofrenia
23h — *Teatro Arthur Azevedo* — Don Pullem
0h — Filme — *Os Matadores*

Debates sobre fome e armas marcaram a semana

Comissões se reuniram para discutir as várias propostas que visam, de um lado, erradicar a miséria e, de outro, combater a violência através da proibição do uso, porte e venda das armas de fogo

O início do debate sobre a criação de fundo de combate à fome e à miséria e sobre os projetos que proíbem o uso de armas de fogo marcou os trabalhos do Senado nesta semana. Os parlamentares se dedicaram ainda à análise de outros temas, aprovando três matérias em plenário e três em comissão.

Na quarta-feira, o plenário aprovou, por 67 votos e duas abstenções, em votação secreta, a mensagem do presidente da República reconduzindo Eloy Fernandez y Fernandez ao cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo. Os senadores Artur da Távola (RJ) e Agnelo Alves (PMDB-RN) louvaram as qualidades do indicado, enquanto Roberto Saturnino (PSB-RJ) destacou a excelente impressão deixada pelo diretor da ANP quando foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O Acordo sobre Transferência de Presos, celebrado em 1998 entre o Brasil e o governo da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, foi acolhido pelo plenário na quarta-feira. Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiou a preocupação em oferecer aos cidadãos a possibilidade de cumprir pena no país de origem. O plenário também deu início à discussão da PEC que limita os gastos dos legislativos municipais.

A Programação Monetária do Executivo para o primeiro trimestre do ano foi aprovada em plenário ontem. A previsão do governo, contida no documento, é de que haverá redução dos juros reais, motivada pelos resultados obtidos pelo Ajuste Fiscal. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na quarta-feira.



Na primeira semana de convocação extraordinária, o plenário do Senado votou e aprovou três matérias, inclusive um tratado internacional

Matérias aprovadas pelo Senado

(De 10 a 14 de janeiro de 2000)

Projetos aprovados e enviados à promulgação	1
Indicações de autoridades	1
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	3

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Na mesma reunião, a CAE concordou com a autorização para que a União reescale as dívidas que tem a receber da República de Zâmbia, no valor de US\$ 20,3 milhões. Segundo o relator da matéria, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a economia de Zâmbia enfrenta graves problemas econômicos e ao Brasil só resta a alternativa

de renegociar o débito.

A venda de 20 por cento das ações da Embraer a um consórcio francês será debatida em audiência na CAE, que decidiu na terça-feira convidar o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, e o presidente da Embraer, Maurício Botelho. A data da reunião ainda será definida. O

requerimento de convocação partiu do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que se disse preocupado com os rumos tomados pela Embraer, empresa que considera estratégica na defesa do país.

O projeto de lei de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos juízes recebeu na quarta-feira aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto tipifica como crimes de responsabilidade, por exemplo, o extravio de processo ou documento e o desrespeito a regras jurisdicionais ou de competência para favorecer uma das partes em processo judicial.

Já a proposta de emenda constitucional que transfere ao Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar juízes e desembargadores, também de autoria de Paulo Sou-

to, começou a ser discutida na reunião da CCJ. O presidente da comissão, José Agripino (PFL-RN), concedeu vista da proposta ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Na terça-feira, a CCJ se mobilizou para debater medidas de erradicação da miséria. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ofereceu substitutivo à PEC do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Alcântara acatou parte da proposta — que tramita em conjunto — da Comissão Mista Especial de Combate à Pobreza.

Motivo de intenso debate no decorrer da semana, as propostas que proíbem o uso de armas de fogo começaram a ser analisadas na terça, em reunião conjunta das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Requião rebate *Jornal da Tarde* e se diz vítima de campanha

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) rebateu ontem editorial do *Jornal da Tarde*, integrante do grupo editorial *O Estado de S. Paulo*, que o criticou por ter defendido a anistia das multas aplicadas pelos tribunais eleitorais dos estados a parlamentares que teriam feito propaganda política fora do prazo determinado em lei. O projeto de lei que concedeu essa anistia foi aprovado no Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República. Para o senador, a anistia é a correção de erros do Judiciário em decorrência de lei mal feita pelo próprio Congresso.

Requião afirmou que vem sendo duramente perseguido pelo grupo

editorial paulista, por ter sido o relator da CPI dos Precatórios e ter condenado o Bradesco pela participação na fraude com títulos públicos estaduais. Segundo o senador, o editorial do *Jornal da Tarde* foi motivado pelo indiciamento de um diretor do Bradesco pelo crime de formação de quadrilha, além de outros quatro crimes, e pelo fato do banco ser sócio do grupo *O Estado de S. Paulo* na área de telefonia. “O editorialista disse que os políticos são o lixo da política brasileira. Lixo é o *Jornal da Tarde*”, exclamou.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), em aparte, disse que foi uma das “vítimas” multadas pelo Tribunal Elei-

toral de Rondônia por que alguém escreveu o nome dele em um caminhão e em uma pedra. Amorim disse que o governador, na mesma época, comprou tratores e fez desfile pelo interior, mas o tribunal não o multou. O senador considerou curto demais o tempo destinado à defesa dos candidatos punidos e defendeu a extinção da Justiça Eleitoral. “O presidente da República deitou e rolou na reeleição usando a máquina do governo”, assinalou.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) lembrou que Requião foi o único polí-



Requião questionou o silêncio dos jornais sobre caso dos precatórios

tico multado no Paraná e que em apenas quatro estados foram aplicadas essas punições. Para Alberto Silva uma das piores facetas da Justiça Eleitoral é a prepotência do juiz. Segundo ele, não há critérios estabelecidos para a fixação do valor da multa, que fica a cargo do humor do juiz. O senador também defendeu a extinção da Justiça Eleitoral. “Não tem eleição todo dia, por que então manter uma estrutura permanente?”, questionou.

Requião explicou que a Lei Eleitoral foi utilizada para retaliar adversários políticos, pois ele mesmo foi multado como se tivesse feito propaganda política irregular, mas na verdade havia dado entrevistas a rádios

do interior do Paraná sobre temas nacionais como o Plano Real e até sobre o caso do presidente americano, Bill Clinton, com a estagiária Monica Lewinsky. “Queriam me impor o silêncio, como se pelo fato de ser candidato não pudesse mais ter opinião sobre qualquer assunto”, afirmou o senador.

Requião questionou o silêncio do jornal *O Estado de S. Paulo* quanto ao que considera um dos maiores escândalos cometidos no atual governo, segundo ele: a legalização da fraude dos precatórios que está sendo feita pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. De acordo com o senador, o ministro tem renegociado os precatórios, trocando-os por títulos federais, à revelia do Senado, pois não cumpriu a Resolução 78 que determina que a assunção de dívidas pelos estados está sujeita à autorização do Senado. “Onde está o editorialista do *Estado*? Calado”, observou o senador.